

Simplício

Maranhão
nas mãos do Povo



INTRODUÇÃO

O Estado do Maranhão e o mundo vivem um momento histórico de significativa relevância e desafios. Depois de um longo período de estagnação em decorrência da pandemia causada pelo novo coronavírus (SARS-Cov-2), experimenta-se um período de reinício no qual todos terão que se reinventar para voltar a ter crescimento econômico e diminuição das mazelas sociais tão aprofundadas no referido período.

Nas últimas décadas a política no Maranhão obedeceu a um ciclo vicioso que se encarregou de nos trazer até aqui, em todas as eleições ao passo que se escancarava a miséria, que é real, do Estado, repetiu-se como um mantra religioso que precisamos aproveitar as inúmeras e grandiosas potencialidades que existem aqui. Mas o que sempre vimos, ano após ano, é que as narrativas apresentadas nunca foram suficientes para trazer o devido retorno a sociedade maranhense. Esse modelo atribui à classe política e ao setor público a capacidade de geração de riqueza e oportunidades no Estado, mas basta analisar os dados econômicos que se evidencia que esse protagonismo já não mais se sustenta.

É preciso inverter a lógica atual, minimizando a atuação política e priorizando a gestão pública eficiente e estratégica que possibilite ao Maranhão crescer de forma sustentável, focando em suas potencialidades, na força do seu mercado local e na convergência das demandas regionais, baseando-se na qualidade, produtividade e inovação.

Sabemos que não se faz marcos históricos repetindo os mesmos roteiros de outrora, portanto, com a conjuntura que hoje enfrentamos e tendo como objetivo a geração de emprego e renda, buscamos avançar em um plano de governo que seja voltado para grandes avanços nos setores de infraestrutura produtiva, indústria, comércio e serviços, fornecendo desta forma à iniciativa privada todos os caminhos necessários para que protagonize a geração de riquezas, desenvolvimento e transformação socioeconômica que tanto o maranhense almeja e merece.

Desta feita, no horizonte deste plano evidenciam-se dois alvos basilares que em toda a estratégia desenhada se conectam entre si, que são:

1. Olhar voltado para as pessoas, cuidar de cada maranhense para que tenha uma vida justa e digna.
2. Desenvolvimento e crescimento econômico com foco na geração de emprego, renda e riquezas.

ELABORAÇÃO

Simplício Araújo
Saulo Giovani Mendonça
Luiz Rodolfo Barata Rodrigues
Márcio Jullian Bezerra Araújo

Paulo Victor Bezerra Serra
Luiz Amorim Fernandes Júnior
Mayara Cristina Rego da Silva

Simplício



1. EIXO - GESTÃO EFICIENTE

1.1. DA TRANSIÇÃO PARA A TRANSFORMAÇÃO

Todas as gestões anteriores tiveram seus erros e contribuições para que o Maranhão chegasse até aqui. O momento agora é de superar as barreiras e deixar de priorizar a política para efetivamente focar na gestão. Inverter a lógica atual, ao invés de ser mais importante escolher lados (esquerda, direita) e negociar cargos, redirecionar o leme para uma gestão de alta performance que tenha como foco estratégico o que realmente importa: o Maranhão e as pessoas que aqui vivem. Esse é o caminho que trará desenvolvimento econômico através da criação de políticas públicas que permitam o maranhense se apropriar da sua riqueza: sua força de vontade, seu trabalho, e as oportunidades que por aqui são inúmeras. Somente a partir dessa transição desse modelo antigo para um novo modelo que priorize de fato gestão e resultados é que vivenciaremos a transformação que há décadas reside apenas em discursos políticos eleitoreiros, mas que também reside na esperança e desejo de todo mundo que é apaixonado pelo Maranhão.

1.2. PENSAR ALÉM

É preciso que se estabeleça um planejamento estratégico para o Estado do Maranhão não apenas dentro do horizonte dos 04 (quatro) anos de governo, mas que seja pensado a longo prazo, para uma transformação de todo esse panorama que nos encontramos. As políticas públicas eficazes precisam transpor os intervalos das campanhas eleitorais, para que não sofram interrupções e até mesmo retrocessos em decorrência das trocas de comando. Afinal é mais que comprovado que mudanças estruturais não se implementam em curtos intervalos de tempo.

1.3. REDUZIR, OTIMIZAR E INTEGRAR

O Maranhão possui hoje mais de 50 (cinquenta) órgãos e entidades na composição da administração pública estadual direta e indireta. Reduzir o número de secretarias é fundamental, conjugando àquelas que possuem similaridade em suas atuações. Em síntese, faz-se imprescindível promover uma otimização da máquina pública, fornecendo melhores serviços, com maior agilidade, por meio de uma estrutura enxuta, eficiente e integrada.

Elaborar um novo modelo de estrutura organizacional levando em consideração as melhores práticas existentes, com análise dos respectivos cargos comissionados, e redação de minutas de projetos de lei conjuntamente com um plano de ação para implementação das diretrizes da nova gestão.

1.4. MODERNIZAR, SIMPLIFICAR E AGILIZAR

Para que se alcance de fato a satisfação do cidadão é preciso ofertar políticas e serviços públicos ágeis e eficientes, com entregas reais. Portanto, faz-se necessário a implementação de um conjunto de práticas que simplifiquem, desburocratize e estabeleça prazos máximos para contratação e concretização de projetos e ações governamentais.

Sabe-se que o Maranhão se encontra atualmente na 23ª (vigésima terceira) posição do Ranking dos Governos Estaduais e Distrital de Oferta de Serviços Digitais da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de TIC. Urge a implantação de uma cultura digital, com transformação dos processos existentes dentro da administração estadual a partir de um novo paradigma tecnológico, ou seja, uma política de transformação digital robusta que seja capaz de modernizar os serviços públicos ofertados a população.

Além disso é fundamental a efetivação de uma cultura de desenho e aprimoramento de políticas públicas baseada em uma abordagem integradora da população, com métodos centrados no ser humano como o Design Thinking, e conversando interdisciplinarmente com a ciência sociológica, antropológica e econômica.

1.5. MENSURAR PARA MELHOR EXECUTAR

As políticas públicas precisam partir de um objetivo qualitativo, mas com metas quantificáveis para que possamos ver mudanças concretas na vida do cidadão. É necessário que as ações governamentais possuam métricas capazes de demonstrar sua eficiência, só assim, planejando, executando, mensurando, revisando e readequando será possível alcançar um nível de excelência na gestão. Para tanto, é fundamental a implementação de uma cultura de elaboração e monitoramento de políticas públicas orientada por dados.

Para geração de conhecimentos e obtenção de dados que possam subsidiar a gestão estratégica é fundamental a valorização e a atuação integrada dos órgãos vinculados ao Governo do Estado que produzem essas informações, além de estimular a criação de observatórios nos núcleos de estudos e pesquisas existentes nas universidades já instaladas no Maranhão.



1.6. GASTAR MENOS E FAZER MAIS

É notório que o setor público no Brasil não é eficiente, principalmente no que tange aos seus gastos. Portanto, é preciso aplicar nas ações e estruturas governamentais uma filosofia de gestão voltada para a melhoria contínua dos processos, com a redução de desperdícios e essencialmente para a satisfação dos cidadãos. Ou seja, faz-se necessário pegarmos emprestado as práticas de excelência da gestão privada, com a estruturação de um planejamento estratégico que possibilite maior assertividade desde os processos de aquisição até a execução das políticas públicas.

Em síntese, o governo estadual deverá ser capaz de atender de maneira mais eficaz as necessidades socioeconômicas do povo do Maranhão, através de uma gestão pública eficiente!

1.7. O SERVIDOR PÚBLICO COMO AGENTE DE TRANSFORMAÇÃO

Manter folha de pagamento em dia nada mais é do que a obrigação básica de qualquer tipo de organização. Uma gestão voltada para resultados deve entender que não se faz políticas públicas sem pessoas, portanto, é preciso valorizar os talentos organizacionais, despertar o entusiasmo das equipes em torno de um propósito, motivar e unir o time com foco num objetivo comum, que é a prestação de um serviço governamental de excelência.

É fundamental estruturar um plano de capacitação efetivo que somado à um programa de benefícios e à estímulos para participação ativa dos colaboradores, propiciarão o desenvolvimento de competências e o empoderamento dos agentes públicos, que poderão contribuir muito mais com uma gestão de alta performance.

1.8. PARCERIAS EM PROL DO MARANHÃO

Para otimizar a administração estadual é imprescindível a concretização de uma cultura que valorize e possibilite uma maior integração da gestão pública com a iniciativa privada através das PPPs (parcerias público-privadas). Por meio de concessões e/ou financiamentos, busca-se trazer a expertise, a capacidade de investimento e inovação da iniciativa privada, de maneira a compartilhar os riscos, tendo por objetivo entregar melhorias significativas na qualidade dos serviços públicos ofertados. Serão com soluções inovadoras e eficientes que será possível resolver questões relacionadas a infraestrutura por exemplo, focando na redução de custos e em qualificar o atendimento às necessidades da população.

Essa cultura deve se propagar para as administrações municipais, ou seja, além de sensibilização e capacitação, o Governo Estadual deve estruturar iniciativas que visem incentivar e apoiar as prefeituras para que também adotem em suas gestões referidas práticas, sobretudo na prestação de serviços que hoje são precários, como construção de estradas, de sistema de abastecimento de água potável, coleta e tratamento de resíduos sólidos, saneamento básico, entre outros.



2. EIXO – DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO, ESTÍMULO AO EMPREENDEDORISMO, CRESCIMENTO ECONÔMICO E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

2.1. COMBATER A DESIGUALDADE ATRAVÉS DA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

O Maranhão figura há décadas como um dos estados mais pobres do país. Isso é real e inquestionável. O caminho para reverter esse cenário não tem mais como protagonista o poder público, como no passado, na realidade é preciso que o poder público entenda bem seu papel, intervindo menos e servindo de agente facilitador para quem realmente é capaz de gerar crescimento econômico: a iniciativa privada.

Políticas públicas integradas e uma atuação assertiva do Governo promoverão a expansão da atividade empresarial no Maranhão e por consequência teremos evolução na geração de empregos e novos negócios no mercado local, com isso eleva-se a circulação de recursos, resultando por fim no empoderamento econômico do seu povo.

2.2. QUALIFICANDO PROFISSIONAIS PARA O MERCADO

Para que seja possível alcançar o desenvolvimento produtivo e socioeconômico a que se propõe este Plano, o Maranhão precisará lidar estrategicamente diante de um grande desafio que se impõe: formar e qualificar profissionais de maneira conectada e ágil com as demandas atuais, assim como antecipar-se as demandas futuras do mercado, de maneira que se possa elevar a qualidade dos empregos gerados no Estado.

Para tanto, deverá ser implementado um plano de ação integrado que envolva todos os atores partícipes desse processo (governo estadual, municipais, iniciativa privada, sociedade civil organizada, entidades de classe, etc) com o objetivo de elevar a escolaridade dos trabalhadores maranhenses e de implementar no sistema de ensino estadual mecanismos e metodologias que sejam capazes de responder com eficiência as mudanças tecnológicas e curriculares demandadas pelo setor produtivo local.

É importante, ainda, estabelecer uma política de qualificação e oportunidade profissional que esteja atenta a massa de trabalhadores em situação vulnerável, como os desempregados e trabalhadores informais existentes atualmente no Estado, de maneira que se estruture um fluxo de formação, capacitação e preparação que atenda as demandas ocupacionais do mercado.

2.3. TALENTOS MARANHENSES

Para dar agilidade nas respostas que a sociedade precisa, logo nos primeiros meses de Governo deverá ser implementada uma Central de Empregos e Estágios através de uma plataforma de qualificação profissional e de um banco de talentos que estará disponível, de acordo com as demandas do mercado que terá sua utilização incentivada pelas empresas instaladas ou que venham a se instalar no Maranhão.

Os incentivos fiscais concedidos pelo Governo do Estado deverão além de fomentar a atração de investimento e o desenvolvimento produtivo, buscar que as empresas beneficiadas contratem determinado percentual de seu quadro de colaboradores a partir do Banco de Talentos da Central de Empregos e Estágios, além de promover qualificação contínua de seus funcionários.

Também serão utilizadas outras estratégias de incentivo, como premiações e uso das compras públicas, que tenham por objetivo reconhecer e estimular as empresas maranhenses a utilizarem a Central de Empregos e Estágios.

2.4. OS MUNICÍPIOS COMO VETORES DE DESENVOLVIMENTO

É preciso sensibilizar as gestões municipais da importância que possuem para o desenvolvimento de todo o Estado. Além disso, dispor de meios de capacitação para que todos aqueles que estão na ponta tenham os conhecimentos e ferramentas necessários para elaboração e execução de políticas públicas eficientes.

As atuações das esferas municipais e estadual precisam ser integradas e o Estado deverá prover, dentro dos limites legais, meios e recursos necessários para que isso ocorra, além de implementar programas de incentivo ao desenvolvimento regional e estimular a criação de consórcios entre as administrações municipais no sentido de uma gestão compartilhada de serviços públicos regionalizados.

Ainda nesse sentido o governo apoiará a proposição e revisão dos planos diretores municipais de maneira integrada à visão estratégica da nova gestão voltada para a preservação ambiental, fortalecimento das comunidades, desenvolvimento produtivo e geração de emprego e renda.

2.5. AMBIÊNCIA FAVORÁVEL AO EMPREENDEDORISMO, AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E À CAPACIDADE INOVATIVA DO ESTADO

O empreendedor desde antes da abertura do seu negócio já sente na pele as dificuldades impostas pelo setor público no modelo atual. Ao longo dos anos se estabeleceram uma série de práticas burocráticas que resultam na morosidade da prestação de atendimento as demandas empresariais. Tudo isso além de desincentivar quem deseja empreender só eleva os custos de implantação e operação. É preciso um choque de gestão nesse modelo. Entender que a iniciativa privada não é vilã e dependente do poder público. O caminho a seguir é outro, de priorizar a atividade empresarial, descomplicar a vida do empreendedor, zerando a burocracia, extinguindo procedimentos regulatórios inúteis e ineficientes, investindo em tecnologia e mais que isso, gerar estímulos e incentivos para que se crie uma ambiência favorável ao empreendedorismo no Estado do Maranhão.

É evidente ainda a reduzida efetividade das ações e atuações desarticuladas entre os players que atuam na área de inovação e tecnologia no Maranhão ocasionando descontinuidade de projetos, baixa produção, reduzida atratividade às empresas de base tecnológica e migração de capital intelectual.

Para reverter esse quadro o Governo atuará através de uma gestão diretiva com a implementação de um plano de ação integrado com a iniciativa privada, com as prefeituras, a academia, governo federal, e demais atores que possuam transversalidade com o tema, de maneira que seja possível efetivar o que segue:

- ⇒ Contribuir para a aplicação da ciência, tecnologia e inovação com foco no desenvolvimento econômico;
- ⇒ Gerar emprego e renda por meio de desenvolvimento das cadeias produtivas existentes e das novas que vierem a ser incentivadas e consolidadas;
- ⇒ Gerar condições para criação, expansão e fixação de empresas de base tecnológica no Estado;
- ⇒ Incentivar a qualificação da força de trabalho, com vistas ao desenvolvimento econômico, científico e tecnológico do Estado;
- ⇒ Incentivar a integração entre academia e mercado;
- ⇒ Fortalecer a cultura de inovação e empreendedorismo.
- ⇒ Unificação de estruturas administrativas do Governo do Estado em torno de um órgão que tenha como foco a gestão de políticas públicas que valorizem e estimulem a atividade empreendedora, a inovação e o desenvolvimento tecnológico;

- ⇒ Criação do Fundo Garantidor do Maranhão – Os recursos devem ser utilizados para financiamento, subvenção e aval a projetos de empreendedorismo e inovação voltados para empreendedores individuais e informais, microempresas e empresas de pequeno porte;
- ⇒ Criação de ambientes especializados e vocacionados para fomento da inovação e empreendedorismo em estruturas das escolas do Estado, IEMAs, UEMA, UEMASUL, etc, promovendo inclusive a inclusão digital rural;
- ⇒ Criação de Plataforma de Soluções, onde serão compartilhadas as principais demandas do setor público e de segmentos empresariais instaladas no Maranhão para que empreendedores do ecossistema de inovação local possam desenvolver e comercializar soluções competitivas;
- ⇒ Criação de canal multiplataforma (versão web, aplicativo, e totens espalhados pelo estado) “Maranhão na Palma da Mão”, onde serão disponibilizados e centralizados ao cidadão os serviços ofertados pelo Governo do Estado de maneira digital, modernizando, desburocratizando e proporcionando conveniência, facilidade e agilidade;
- ⇒ Ampliação dos pontos de acesso gratuito à internet a partir de locais gerenciados pelo Governo do Estado;
- ⇒ Incentivar a formação de jovens programadores;
- ⇒ Criação do Prêmio de Inovação e Empreendedorismo Maranhense, que terá por objetivo estimular e destacar iniciativas empreendedoras de sucesso instaladas no Maranhão.
- ⇒ Criação do Programa Jovem Empreendedor visando apoiar e estimular o empreendedorismo entre a juventude maranhense, propiciando todo o suporte inicial necessário para o desenvolvimento de um novo negócio viável, como oferta de crédito, isenção de impostos durante o período inicial de funcionamento, capacitações e consultorias.
- ⇒ Implantação do Shopping do Empreendedor Maranhense, se configurando como centros comerciais nos quais serão disponibilizados espaços físicos para instalação de pequenos negócios e de trabalhadores autônomos. Nesse local serão implementadas ações para formação de mão de obra especializada, capacitação empreendedora e inovativa, além de disponibilização de espaços dedicados para órgãos estaduais e municipais que prestam serviços voltados ao empreendedorismo.
- ⇒ Incentivar o empreendedorismo nos bairros e fomentar o consumo no comércio local, através de políticas públicas voltadas para as comunidades com ações de capacitação, estímulo, e incentivo, além da criação de uma rede de apoio que também sensibilize a comunidade a comprar dos

pequenos negócios localizados em seu território, de maneira que o dinheiro circule internamente, gerando mais desenvolvimento para a região.

2.6. UMA NOVA VISÃO PARA A POLÍTICA TRIBUTÁRIA

Sabe-se que o sistema tributário no Brasil é estruturalmente complexo e ineficiente. A partir de um novo ponto de vista, entende-se que não basta apenas arrecadar e nem aumentar a arrecadação, é fundamental que os tributos sejam pensados como instrumentos de desenvolvimento, através de um sistema simplificado, transparente e acessível capaz de atrair novos negócios e incentivar inovação e ampliação das empresas, além de promover maior isonomia, reduzir práticas evasivas e a informalidade, destravar operações de grandes empreendimentos e facilitar a vida do pequeno empreendedor.

A política de incentivos fiscais deve ser pensada estrategicamente para o desenvolvimento socioeconômico do Maranhão, focada na atração de investimentos, estímulo a atividade empreendedora, desoneração de setores produtivos estratégicos, incentivos para empresas inovadoras de base tecnológica, adotando critérios bem definidos e promovendo uma melhor especialização das atividades industriais de maneira a reduzir as desigualdades regionais.

Os postos fiscais de fronteiras do Estado precisam ser revistos e melhor gerenciados, com o uso de sistemas e tecnologias, desburocratizando e agilizando os processos referentes a entrada e saída de cargas no Maranhão.

2.7. LICENCIAMENTOS DEVEM SER EFICIENTES

O processo de licenciamento possui dois vieses de extrema relevância para a sociedade, por um lado tem por objetivo garantir a preservação da vida e de recursos naturais, por outro sabe-se que é fundamental para a atração e ampliação de investimentos, porém no atual modelo se constitui uma *via crucis* na vida do empreendedor.

A lógica dos licenciamentos existente é nociva pois eleva os custos para empreender no Maranhão, atrapalha planejamentos estruturais, não oferece previsibilidade e agilidade de prazos, e por fim não é eficaz em evitar que as empresas pratiquem irregularidades. Ou seja, além dos procedimentos não serem efetivos, atrapalham o desenvolvimento do Estado.

O Estado não deve punir com sua morosidade aqueles que desejam empreender e investir no Maranhão. É fundamental que se inverta essa lógica, passando a priorizar quem de fato quer gerar riquezas no Estado. E essa priorização requer processos de licenciamento eficientes, que presumem de início a boa fé e inocência dos impetrantes, com prazos ágeis pré-estabelecidos, com licenças automáticas prévias caso o prazo estabelecido não seja cumprido, e por outro lado com punições severas e concretas contra aqueles que por ventura venham a causar danos socioambientais.

2.8. MOVIMENTAR NOSSA RIQUEZA

É evidente a necessidade de investimento para manutenção, ampliação e criação de novos modais logísticos no Maranhão. Sabe-se que nosso complexo portuário hoje tem uma das maiores movimentações de cargas do mundo, mas há potencial para muito mais.

Além de implantação de novos portos, precisamos explorar e buscar ampliação das ferrovias assim como das rodovias, que também precisam de melhorias constantes e por fim garantir investimentos para estruturação da malha aérea estadual. Paralelo a isso também é preciso atender às demandas por melhoramento das infraestruturas viárias dos nossos centros urbanos.

Todavia, também é de conhecimento que há severas restrições orçamentárias do setor público estadual, que já não possui mais a capacidade de investimento que atenda às necessidades do mercado e da sociedade. É por essa razão que a solução passará por parcerias com a iniciativa privada, por meio de projetos de concessão e/ou financiamento privado.

2.9. A RIQUEZA DO TRABALHADOR RURAL

O Maranhão é um estado com vastos campos e áreas rurais, é preciso que se tenha um olhar focado em combater a pobreza que ainda predomina nessas regiões. O caminho deverá ser por associativismo, cooperativismo, qualificação, fomento ao uso de novas tecnologias, acesso ao crédito, incentivos aos pequenos produtores, para que dessa maneira possam elevar sua produtividade, na medida que o Governo deve atuar fortemente para abertura de mercado para o que é produzido no campo.

2.10. A FORÇA DO AGRO DO MARANHÃO

Para que se alcance o crescimento econômico é fundamental a implementação de um plano de desenvolvimento produtivo do Maranhão, que tenha como foco estratégico o adensamento das cadeias produtivas e o fortalecimento dos APLs, direcionados para as vocações de cada região.

Nesse sentido, deverão ser estruturadas políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar, do cooperativismo, das pequenas agroindústrias, do agronegócio em geral.

2.11. VALORIZAR E AMPLIAR O QUE É PRODUZIDO NO MARANHÃO

Apesar da economia do Maranhão ser mais diversificada do que tem sido percebido, ainda é preciso investir muito em estímulos para quem aqui produz, seja no campo, seja em pequenas ou grandes indústrias. O Governo precisa voltar seus esforços para o adensamento das cadeias produtivas, para a organização dos pequenos produtores através do associativismo, para facilitar o acesso ao crédito, para prover capacitações e certificações que tenham por objetivo melhoria contínua de qualidade. Além disso é preciso estabelecer uma estratégia de divulgação e promoção eficiente, destacando a diversidade dos produtos maranhenses e a importância estratégica do seu consumo pela população local, além de investir em apoios e incentivos para melhor posicionar a produção maranhense no mercado nacional e internacional.

Cabe destacar a importância de se promover uma guinada cultural no perfil de consumo da população do Estado que estimule o maranhense a identificar, verificar e optar por itens que gerem emprego e renda no Maranhão.

Essa valorização deve começar “dentro de casa”, portanto deverá ser implementado logo no início da gestão um programa de qualificação de fornecedores e de priorização nas compras públicas e em empresas que possuam benefícios fiscais, para aquisição de produtos produzidos no Maranhão e que possuam concorrentes similares de outros estados e países.

2.12. DO MARANHÃO PARA O MUNDO

É imprescindível posicionar os produtos maranhenses no mercado internacional, portanto, o Governo deverá implementar um programa de estímulo à exportação que compreenda capacitação empresarial, aperfeiçoamento produtivo e qualificação de mão de obra, além de atuar fortemente para captação e atração de investimentos internacionais direcionados para áreas estratégicas de desenvolvimento.

2.13. DESENVOLVER A ECONOMIA DO MAR

Com o segundo maior litoral do Brasil possuindo extensão de 640 km, e com um complexo portuário que possui a maior movimentação de cargas do mundo, o Maranhão possui um enorme potencial a ser explorado, e portanto o Governo do Estado desenvolverá políticas públicas voltadas para a Economia do Mar, que abrange as atividades de pesca, indústrias de processamento, extração de petróleo e gás offshore, geração de energias renováveis a exemplo da eólica e da oceânica, extração mineral, transporte marítimo de carga e de passageiros, complexos portuários e instalações logísticas, obras marítimas, construção e reparação naval, turismo costeiro, atividades náuticas de recreio, biotecnologias marinhas, entre outros.

O Governo do Estado deverá destinar atenção extra para o desenvolvimento do Complexo Portuário do Maranhão extraindo de seu potencial o máximo de recursos para intensificar o crescimento econômico do estado, para tanto ações estratégicas serão implementadas no sentido de atrair investimentos privados para construção de novos portos, além de promover uma gestão portuária cada vez mais eficiente com redução nos tempos de operação de carga, descarga e armazenagem, desburocratização e maior agilidade nos serviços portuários, sejam vinculados ao governo ou à iniciativa privada, além de ampliação e otimização da infraestrutura portuária e sua retroárea.

2.14. DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

É fundamental que o Governo estabeleça um planejamento estratégico voltado para o desenvolvimento energético do Maranhão. Nesse sentido, em parceria com a iniciativa privada, deverá realizar mapeamento das potencialidades de geração de energia a partir de fontes renováveis no Maranhão, promovendo atração de investimentos no setor e o estruturando.

2.15. TURISMO COMO VETOR ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO

Uma das potencialidades do Maranhão que é pouco explorada está relacionada a indústria do turismo. Sabe-se que existem no estado polos turísticos relevantes e que precisam ser vistos com maior atenção pela gestão estadual: São Luís e seu patrimônio histórico, os Lençóis Maranhenses, a Chapada das Mesas, Delta do Parnaíba e Floresta dos Guarás. É fundamental a criação de um plano de ação que priorize investimentos em infraestrutura e em divulgação desses destinos

Um dos motes desse plano, será incentivar o endoturismo, gerando estímulos para que o maranhense conheça o Maranhão. É um desafio a ser vencido o fato de que muitos maranhenses

desconhecem os grandes parques turísticos do próprio Estado, que não perdem e em grande parte superam as belezas naturais dos outros Estados do nordeste.

O plano de ação voltado para o Turismo deverá também atuar no desenvolvimento da malha aérea do estado, construindo, reformando e equipando os aeroportos regionais através de parcerias com a iniciativa privada, assim como gerando incentivos para a prospecção de novos voos nacionais, assim como o avanço da aviação comercial regional.

O Governo implantará um Programa de Promoção do Maranhão no mercado turístico nacional e internacional, divulgando os atrativos naturais e culturais existentes no Estado, adotando como estratégia a utilização das mídias tradicionais, participação em eventos relacionados ao setor, mas sobretudo através das redes sociais.

Para além dos principais trades turísticos já existentes é fundamental que o plano de ação do Turismo envolva ainda o fomento ao turismo rural, ecoturismo, turismo esportivo e de aventura, turismo comunitário, e o turismo de eventos apoiando a realização de feiras e festivais em todo o Estado, pois quanto maior for a atividade turística, maior será a quantidade de recursos e geração de riqueza no Maranhão.

2.16. ARTESANATO MARANHENSE

Como uma das ações governamentais de geração de emprego e renda, a nova gestão deverá adotar estratégias de apoio aos artesãos maranhenses, que envolva a criação de uma certificação específica, políticas de isenção fiscal, oficinas de capacitação empreendedora, fomento à exportação voltados para o artesanato do Maranhão.

2.17. RECICLAR E REUTILIZAR

A preservação do meio ambiente e políticas públicas sustentáveis serão diretrizes fundamentais da nova gestão. Uma das estratégias a serem adotadas nesse sentido será a implantação de um programa de apoio e incentivo à projetos empreendedores que tenham por objetivo a coleta seletiva, reutilização e reciclagem, através de capacitações, estímulos ao cooperativismo e incentivos fiscais.

2.18. NOSSA RIQUEZA CULTURAL

Diante a riqueza cultural do Maranhão, a nova gestão deverá estruturar um programa que tenha por objetivo promover a economia da cultura no Estado como vetor estratégico de desenvolvimento. Portanto, deverá garantir investimentos em parceria com a iniciativa privada, para construção de centros culturais regionalizados, para fortalecimento do calendário de festivais, festas populares e eventos culturais, assim como dos editais, para a promoção da diversidade étnica cultural e para valorização das raízes culturais. Referido programa terá ainda como eixo estratégico o apoio ao audiovisual, promovendo e estimulando a criação e veiculação de produções maranhenses, sobretudo as que contemplem e promovam as riquezas do Maranhão.

3. EIXO – CUIDAR DAS PESSOAS

3.1. OLHAR ATENTO A QUEM MAIS PRECISA

Como sabemos, uma grande parcela da população maranhense vivencia uma dura realidade em seu dia a dia. O Estado precisa dar assistência a essas pessoas, ser presente e combater a situação precária em que essas famílias vivem. Acreditar em uma gestão enxuta não implica fechar os olhos para as vulnerabilidades sociais, portanto é preciso que as políticas assistenciais atuem de maneira integrada, sejam voltadas para quem realmente precisa, e forneçam aos usuários atendidos um caminho que os conduza à independência, autonomia e protagonismo.

3.2. REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL

Sabe-se que o Maranhão sofre com um déficit habitacional que acarreta em comprometimento da qualidade de vida de parcela da sua população, assim como é evidente a existência de diversos entraves envolvendo a regularização fundiária no território maranhense.

Conhecendo esse cenário, o Governo deverá estabelecer um programa de melhorias habitacionais que envolva substituição das casas de taipa, melhorias sanitárias domiciliares, entre outras iniciativas que possibilitem um ambiente seguro e saudável para que as famílias maranhenses tenham condições mínimas para se desenvolver e superar a pobreza.

A nova gestão implantará também um programa governamental, que em parceria com as prefeituras, promova ações efetivas de regularização fundiária nas cidades e no campo, para que além de garantir a documentação das propriedades do povo maranhense, também tenha como foco estratégico o desenvolvimento econômico, de maneira que, em posse do registro dos imóveis possa ter facilidades junto aos bancos para liberação de recursos visando projetos habitacionais e de agricultura familiar.

3.3. CUIDAR DAS NOSSAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O Governo do Estado deverá estabelecer políticas públicas transversais que tenham por objetivo o desenvolvimento de estratégias para o enfrentamento à violência física e sexual contra as crianças e adolescentes maranhenses, assim como adotar políticas de estímulo ao empreendedorismo juvenil.

3.4. MULHERES COMO PROTAGONISTAS DO DESENVOLVIMENTO DO MARANHÃO

A nova gestão terá em sua visão de desenvolvimento socioeconômico do Maranhão uma perspectiva de gênero, com estratégias que envolvam além da proteção à dignidade da mulher também as permitam participarem ativamente nesse processo.

Dentre as políticas públicas que deverão ser implantadas no sentido de proteger a dignidade, destacam-se aquelas voltadas para a o enfrentamento do sexismo e da violência doméstica, para a promoção da saúde feminina, assim como para a redução da gravidez na adolescência e combate à pobreza menstrual, garantindo direitos iguais para mulheres jovens, idosas e com deficiência.

Com objetivo de permitir que as mulheres maranhenses tenham participação ativa no desenvolvimento do estado, as políticas públicas deverão ter como foco estratégico a igualdade no mercado de trabalho e a autonomia econômica. Para isso o plano de ação deverá compreender mecanismos de acesso à renda para as mulheres, sobretudo àquelas que se encontram em condições de vulnerabilidade social, e iniciativas de visibilidade ao trabalho da mulher do campo, da mulher indígena e da mulher quilombola, de maneira a inseri-las no mercado de trabalho.

3.5. PLURALIDADE E IGUALDADE ÉTNICA RACIAL

O plano de ação voltado para o desenvolvimento socioeconômico do Maranhão abordará a implementação de projetos educacionais, sociais e culturais que envolvam ações garantidoras da igualdade étnico racial, inserindo as comunidades tradicionais, a população negra, a população indígena e a população quilombola nas políticas públicas de inclusão produtiva e acesso a renda.

3.6. INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

É fundamental que a nova gestão possua uma visão inclusiva de desenvolvimento. Portanto, o Governo do Estado deverá adotar estratégias que possibilitem às pessoas com deficiência acesso ao mercado de trabalho e à renda, através de ações de qualificação inclusiva, organização produtiva e fomento ao empreendedorismo.

3.7. MELHOR IDADE

Com o aumento da população idosa do Maranhão é fundamental que o Governo do Estado esteja presente para atender as necessidades e combater a pobreza dessa parcela da população. Para tanto, deverão ser implementados mecanismos que assegurem dignidade e inclusão social e econômica dos idosos maranhenses, através de ações educativas, de fomento e de prestação qualificada de serviços voltados para a terceira idade.

3.8. DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO – LGBTQI+

Como dito em tópicos anteriores, o desenvolvimento socioeconômico do Maranhão deverá ter uma perspectiva voltada para a diversidade de gênero. Nesse sentido o Governo deverá adotar diretrizes que compreendam a participação ativa da população LGBTQI+ na sociedade maranhense, e para tanto, deverá em primeiro lugar qualificar a prestação de serviços públicos na área de saúde, educação e segurança de modo que se priorize o respeito a dignidade dessas pessoas, assim como cuidar para combater as violações de direitos humanos em decorrência da orientação sexual.

Na área profissional, o Governo deverá estabelecer estímulos a formação e capacitação além de iniciativas que promovam o acesso ao mercado de trabalho voltados para a população LGBTQI+. Na área cultural, deverão ser disponibilizados editais direcionados para a cultura LGBTQI+. A rede pública de ensino deverá promover ações que tenham por objetivo lidar com a diversidade sexual dos alunos e contribuir para a eliminação da homofobia.

3.9. FORTALECIMENTO DA PRÁTICA ESPORTIVA

A nova gestão estadual deverá estruturar ações e projetos voltados para a prática esportiva através de parcerias com as prefeituras e com a iniciativa privada que garantam investimentos para construção e melhorias de centros esportivos, praças com áreas disponíveis para práticas de esporte que contemplem atletismo, ciclismo, skate, quadras de vôlei, de futebol e de tênis, adotando como estratégia o fortalecimento das comunidades para que se apropriem, cuidem e estimulem o uso desses equipamentos.

O estímulo a prática esportiva comunitária deverá ser um vetor estratégico a ser adotado, dado a importância da prática desportiva para todas as idades, trazendo importantes benefícios a população, tais como:

- ⇒ sendo importante agente de transformação local;
- ⇒ afastamento dos jovens da marginalidade;

⇒ Redução de custos com saúde pública mediante promoção da qualidade de vida e da prevenção de doenças em decorrência da prática de atividade física regular.

3.10. SEGURANÇA PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO

Embora a população tenha acepção de que a melhoria da segurança pública se dá por meio do adensamento do contingente policial e do recrudescimento punitivo do Estado, está é uma grande falácia. O Brasil prende muito, nossa população carcerária é a 3ª (terceira) maior do mundo, enquanto somos o 6º (sexto) em contingente populacional. A título de exemplo, nos últimos 8 (oito) anos foram contratados 5.499 (cinco mil e quatrocentos e noventa e nove) policiais no Maranhão, entrementes não impactou profundamente na segurança pública, como era de se esperar dentro da lógica acima. Muito pelo contrário, nos últimos anos a insegurança é uma das principais preocupações da população. Dado interessante sobre o período é que em 2012 só tínhamos um município maranhense entre as 100 (cem) cidades mais perigosas do Brasil, que era a cidade de Presidente Dutra. Já em 2016, São José de Ribamar, Imperatriz, São Luís e Paço do Lumiar passaram a compor esta lamentável lista.

A equação é simples: quanto maior o grau de pobreza, ausência de políticas públicas para socorrer a população mais carente, ineficácia educacional (que é um dos maiores agentes de mudança social), maior serão as taxas de criminalidade daquele local. Tanto é, que no ano de 2020, mesmo com grande parte da população trancada em suas casas devido a pandemia, o número de crimes violentos aumentou drasticamente, justamente pela piora do nível de pobreza da população, com o grande número de desempregados e o aumento do custo de itens básicos para sobrevivência, como a cesta básica e medicamentos.

Portanto, o cenário socioeconômico é um dos fatores preponderantes para o crescimento ou redução da criminalidade, tanto é, que em países desenvolvidos, em que a distribuição de renda e oportunidades não tem o abismo que nosso país tem, possuem tão baixos níveis de violência, que parece até mentira para qualquer brasileiro. Nesse contexto fica evidente que gerar empregos, renda, educação de qualidade e oportunidades deve ser prioridade também como estratégia de segurança pública, tanto a curto quanto a longo prazo.

3.11. PREVENIR É MELHOR QUE PUNIR

Em um comparativo básico, um preso custa em média R\$ 1.800 (um mil e oitocentos reais) por mês aos cofres públicos, já um aluno da rede pública de ensino, tem destinados à sua educação mensal o valor de R\$ 470,32 (quatrocentos e setenta reais e trinta e dois centavos). Isso, sem falarmos dos prejuízos familiares, sociais e econômicos que a delinquência submete toda a sociedade na qual aquele cidadão estava inserido.

Isto posto, resta claro que o estado deve pautar a gestão pública para a prevenção de crimes. Inicialmente pelo incremento de política educacional de resultados, já que é através da educação que se desenvolvem os talentos e as competências para a formação moral e profissional das nossas crianças e jovens, facilitando sua inserção no mercado de trabalho.

Fortalecendo nossas comunidades, que é também um vetor estratégico de controle da criminalidade e da violência, sobretudo aquelas localizadas em áreas de maior vulnerabilidade social. É fundamental uma presença maior e mais assertiva do poder público estadual não apenas como poder fiscalizador e/ou interventor, mas como promotor de uma organização social, empoderando as lideranças comunitárias, além de promover ações que tenham por objetivo impedir que a população mais vulnerável venha a se envolver em atividades criminosas, a exemplo da construção de quadras e oficinas que incentivem práticas esportivas, culturais, artísticas, etc.

Uma outra vertente que deve ser executada no intuito de prevenir os fenômenos criminológicos é a ampliação de investimentos que garantam uma atuação mais efetiva das forças de inteligência e combate ao crime organizado no sentido de enfraquecer o poder econômico e o político das facções criminosas.

Intervenções como investimentos na cobertura de iluminação pública em áreas de maior incidência criminal são caminhos já conhecidos e testados para prevenção de crimes e devem ser tratadas como prioridade da nova gestão.

3.12. INVESTIGAR, PUNIR E RESSOCIALIZAR

O sentimento de impunidade é um dos fatores que acaba por atrair as pessoas para o crime. Em primeiro lugar, então, é preciso valorizar, adotar as melhores práticas e oferecer as melhores condições para as forças investigativas do estado. Investigar com eficiência e punir com rigor são essenciais para que o indivíduo tenha maior receio em entrar ou retornar ao mundo do crime.

Mas isso não basta. Mais importante é a implantação de uma política de ressocialização, que em primeiro lugar seja capaz de sensibilizar que o crime não compensa, e em segundo lugar construa caminhos para que ao sair do sistema prisional, o indivíduo tenha meios de reestabelecer-se socioeconomicamente na sociedade. Nesse sentido, buscando reduzir custos e otimizar resultados, a gestão deverá propor parcerias com a iniciativa privada visando tornar a população carcerária ativa economicamente, com formação profissional, e dessa forma evitando reincidência criminal.

3.13. GESTÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA POR MEIO DE NOVAS TECNOLOGIAS E VALORIZAÇÃO DAS PESSOAS

Investimentos em segurança pública devem ser assertivos, não basta apenas contabilizar número de viaturas ou efetivo disponível se isso não resultar em uma maior percepção de segurança pela população. Para que isso seja possível, é importante sim reforçar o número da força policial, mas do mesmo modo é fundamental valorizar e apoiar os homens e mulheres que diariamente se dedicam nesse propósito.

Mapeamento, otimização, interpretação e integração de dados devem ser uma das áreas prioritárias na gestão da segurança pública. Através dessa ação é possível ampliar a capacidade investigativa da força policial além de atuar com maior eficácia na prevenção de crimes.

Existem hoje uma série de tecnologias e caminhos para se desenvolver novas tecnologias em parceria com a iniciativa privada que aumentam consideravelmente a capacidade de prover segurança pública para a população, dentre elas será priorizada pela nova gestão a:

- ⇒ Expansão do videomonitoramento na capital, região metropolitana e grandes cidades do Maranhão, de maneira a cobrir 100% (cem por cento) das áreas que possuam maiores indicadores de criminalidade;
- ⇒ Utilização de câmeras de alta definição em conjunto com sistemas para reconhecimento facial e de placas de veículos;
- ⇒ Aquisição de Drones para operações de prevenção, investigação e busca de suspeitos.

Se por um lado o uso de tecnologias é fundamental, é indispensável valorizar e incentivar o trabalho dos profissionais da segurança pública, promovendo capacitações e formação profissional, ações de esporte, lazer e culturais, atendimento psicológico adequado, bonificações e premiações que reconheçam e estimulem as melhores práticas e uma política eficiente de ascensão funcional.

Para uma política de segurança pública eficaz e com foco na proteção das pessoas e defesa da vida é indispensável o aprimoramento do desempenho das forças policiais, sobretudo nas atividades de prevenção, investigação e perícia, por meio de uma atuação conjunta e integrada das polícias, com auxílio de monitoramento adequado, uso de novas tecnologias, procedimentos bem estruturados e, por fim, valorização, treinamento e capacitação de todos os profissionais envolvidos na área, sempre de modo a extrair o melhor resultado a partir dos recursos disponíveis.

3.14. EDUCAÇÃO ALÉM DA SALA DE AULA

A velocidade com que a sociedade tem evoluído nas últimas décadas alterou consideravelmente a forma como nos relacionamos e desenvolvemos nossas competências. Criatividade, assertividade, empatia, inteligência emocional, novas habilidades passaram a ser cada vez mais exigidos pelo mercado de trabalho. Por outro lado, o avanço tecnológico promoveu uma reviravolta na forma e na quantidade de informações que consumimos, ampliando os horizontes de conhecimento, mas também levando a uma maior dispersão cognitiva.

Nesse contexto, captar a atenção dos estudantes tem se tornado um desafio que o modelo tradicional de ensino não tem sido capaz de resolver. Para tanto é preciso pensar em uma reformulação dos métodos utilizados até aqui, ou seja, um sistema educacional que incentive a participação ativa dos discentes, que seja capaz de promover o aprendizado de maneira efetiva aproximando as experiências didáticas da realidade vivenciada pelos alunos.

É preciso que o sistema educacional amplie sua abrangência para além da sala de aula, seja fisicamente e/ou virtualmente, fazendo com que o processo de aprendizado não se limite as paredes do ambiente escolar, mas que possa ser uma extensão do que o estudante vivencia na sua casa, comunidade, igreja, redes sociais, etc.

3.15. PROFESSORES LÍDERES

Liderar pode ser definido como um processo de encantar, envolver e conquistar pessoas em prol de um propósito. É dessa definição que se extrai a visão do professor como um líder a ser adotada pela nova gestão da Educação no Maranhão, para que além da transferência de conhecimentos possa ser capaz de influenciar, estimular e encorajar seus alunos de maneira a propiciar o desenvolvimento de novas competências, a construção de processos criativos e a formação moral pautada no respeito e na responsabilidade mediante valores humanos, culturais, ambientais, etc.

Mas para que se torne possível, é preciso estabelecer um alinhamento estratégico institucional que reconheça e valorize o professor como protagonista do progresso. Ou seja, é fundamental a criação de uma nova cultura organizacional em torno da rede pública estadual de educação, que além da capacitação e formação dos profissionais possa fornecê-los a voz e o espaço necessário para expor seus anseios e suas ideias, num processo contínuo de diálogo com a administração pública e que os dê condições de fato para que sejam elementos chaves na construção de um Maranhão de valor, com crescimento econômico e desenvolvimento social.

3.16. UM MODELO DE GESTÃO EDUCACIONAL VOLTADO PARA RESULTADOS

O Governo do Maranhão implantará um novo modelo de gestão educacional conforme visto em tópicos anteriores deste plano. Esse modelo deverá ser inovador, inclusivo, abrangente, integrativo, focado no desenvolvimento de competências e habilidades, mas sobretudo voltado para resultados. Deverá contemplar a rede pública estadual e municipal de educação, portanto, esse modelo será disponibilizado e incentivado para que as prefeituras adotem em suas gestões.

Algumas das premissas básicas que contemplam alto potencial de retorno a serem adotadas no referido modelo serão:

- ⇒ Condições adequadas para o ensino;
- ⇒ Monitoramento constante das atividades educacionais;
- ⇒ Análise de dados para acompanhamento e mensuração contínuos do aprendizado;
- ⇒ Metas pré-estabelecidas de melhoria da aprendizagem e redução da evasão escolar;
- ⇒ Premiações para os professores e gestores que obtiverem melhores resultados;
- ⇒ Premiações para os estudantes que mais se destacarem; entre outros.

3.17. PPPs EM PROL DA EDUCAÇÃO

Como já abordado alhures na redação deste plano, a capacidade de investimento do setor público vem, ano após ano, sendo consideravelmente comprometida. Um dos caminhos para o salto na educação que o Maranhão precisa será através das parcerias público-privadas, pois como se sabe, trazem agilidade e qualidade a prestação dos serviços públicos.

Especificamente, no Sistema Educacional, as PPPs serão estruturadas com a finalidade de melhoria contínua da gestão escolar e por consequência da qualidade de ensino além do aperfeiçoamento da infraestrutura das instituições de ensino, com adoção de novas tecnologias e ampliação do número de vagas. Desta feita, a rede pública de educação dará respostas mais ágeis para a sociedade, desde a construção das escolas até a criação de um ambiente educacional adequado, com professores motivados e focados exclusivamente no processo de aprendizado de seus alunos.

É fato o déficit existente atualmente no Maranhão de creches, que são elementos fundamentais para que as mães e os pais possam ter liberdade para desenvolver suas atividades profissionais. As PPPs serão uma das estratégias que a gestão adotará para promover um salto quantitativo e qualitativo, não apenas nas creches, mas em toda a rede pública de ensino.

3.18. ICMS CONDICIONADO AOS RESULTADOS - EDUCAÇÃO

O comprometimento orçamentário do setor público atinge severamente as prefeituras, portanto é fundamental que o Governo do Estado esteja presente e disposto a apoiar as gestões municipais, assim como cobra-las por resultados.

Portanto o Governo do Estado apresentará projeto para vincular repasse adicional de ICMS às prefeituras condicionado aos resultados na educação municipal que serão mensurados com base no IDEB, no número de matrículas, na frequência escolar e levará em consideração o IDH do município.

3.19. ESCOLAS CONECTADAS

Uma das iniciativas a serem adotadas pela nova gestão será combater as desigualdades sociais através da inclusão digital promovendo acesso democrático à internet e desenvolvimento de habilidades digitais. Para tanto o plano de ação deverá envolver a disponibilização de internet gratuita em escolas públicas do Maranhão, transformando-as em pontos de acesso livre para as comunidades no entorno, de mecanismos de acesso aos professores e estudantes, além de conter uma série de ações estratégicas que compreendam a literacia digital como competência indispensável para a formação profissional no mercado atual.

3.20. EDUCAÇÃO FINANCEIRA, EMPREENDEDORA E COM FOCO NA INOVAÇÃO E NA FORMAÇÃO CIDADÃ

Entende-se que a educação financeira é fundamental para o progresso socioeconômico do Maranhão, portanto é preciso estimular os estudantes da rede pública estadual de ensino a desenvolverem competências que os permitam ter uma maior consciência nas decisões que envolvam dinheiro e, desta forma, estabeleçam uma relação saudável com seus recursos pessoais. De mesmo modo que se faz estratégico para o desenvolvimento do Maranhão introduzir dentro da educação básica, técnica e superior conteúdos que capacitem e estimulem o empreendedorismo e a inovação.

A formação de cidadãos conscientes e transformadores de sua realidade se dá por meio da formação educacional das nossas crianças e jovens. Isto posto, mais que necessário é a inclusão de disciplina de direitos básicos do cidadão no currículo escolar, que os dê os subsídios básicos dos direitos políticos, direitos civis, consumeristas e penal.

3.21. SAÚDE - FORTALECER A PREVENÇÃO

A gestão deverá ter como premissa básica o bem-estar do indivíduo e sua família, estando presente para atender as demandas de saúde pública existentes, mas também atuando estrategicamente como força preventiva, de modo a reduzir a superlotação das instituições de saúde assim como os custos com atendimentos de emergência e urgência e com medicina curativa.

3.22. SAÚDE COMEÇA DENTRO DE CASA

O Governo deverá reforçar investimentos na saúde da família em parceria com as prefeituras, ampliando o quadro de profissionais envolvidos, promovendo capacitações e políticas de estímulo, estruturando uma distribuição mais efetiva da atuação de maneira a alcançar a maior cobertura territorial possível do estado. É preciso ainda, nesse sentido, que as estratégias adotadas envolvam parcerias com a iniciativa privada e com as gestões municipais.

3.23. GESTÃO DE DADOS PARA UMA SAÚDE PÚBLICA MAIS ASSERTIVA

Para que a gestão tenha maior assertividade em suas ações, é preciso ter uma visão abrangente da realidade do sistema de saúde pública. Portanto, é fundamental que se possua uma estratégia de organização e coleta da vasta quantidade de informações existentes, disponibilizadas em um sistema de gestão de dados integrado e de fácil acesso, que permita ainda análises escalonadas de acordo com os níveis de atuação do poder público estadual. O tratamento desses dados deve ser capaz de fornecer maior efetividade em ações de prevenção e nos tratamentos médicos demandados, assim como possibilitar maior agilidade na tomada de decisão dos gestores públicos de saúde.

3.24. MEDICINA E INOVAÇÃO

Um governo inovador, como este plano propõe, deverá ter foco estratégico no uso de tecnologias que facilitem e melhorem os serviços públicos prestados. Na área da saúde, existem uma gama de possibilidades no mercado tecnológico, que seja por meio de investimentos públicos, estímulos voltados para a academia e/ou parcerias com a iniciativa privada, deverão ser priorizados pela nova gestão, tais como a implantação de um efetivo sistema digital integrado de marcação e fila de atendimentos, com prontuário eletrônico, que atenda consultas médicas presenciais e a distância, possibilitando ainda gerenciar os dados através dele obtidos.

3.25. ICMS CONDICIONADO AOS RESULTADOS – SAÚDE

Assim como na educação, o Governo ampliará a distribuição de recursos oriundos do ICMS para os municípios que atingirem metas de melhoria nos indicadores de saúde. Trata-se de uma iniciativa que adota a cooperação entre as gestões estadual e municipais como estratégia para uma atuação mais democrática e efetiva das políticas de saúde pública. Em outras palavras, será sobretudo através da atenção básica e primária que se buscará combater as principais causas de mortes e doenças que afligem a população, principalmente a mais vulnerável, reduzindo as desigualdades existentes na saúde do Maranhão.

3.26. REDE ESTADUAL DE SAÚDE

A pandemia do Coronavírus trouxe grandes desafios para as gestões públicas em todas as esferas. Nesse contexto, a nova gestão deverá implementar estratégias que tenham por objetivo maximizar a capacidade de atendimento, reforçando a rede de hospitais macrorregionais e de UPAS 24h em cidades polo. Além disso, para uma rede de saúde fortalecida é preciso investir em pessoas, portanto, deverão ser garantidos investimentos na qualificação e valorização profissional permanente na área da saúde.

Nesse sentido, cabe destacar as ações voltadas para formação profissional para os agentes comunitários de saúde e para os agentes de combate a endemias, assim como para a ampliação do quadro de profissionais (médicos, enfermeiros, nutricionistas, dentistas, técnicos, etc.) atuando nas mais diversas regiões do Estado.

Serão criadas premiações que reconheçam a eficiência administrativa das unidades que integram a rede de saúde pública, com a finalidade de promover melhorias contínuas e motivação das equipes envolvidas.

É fundamental, ainda, a garantia de assistência farmacêutica, ampliando e regionalizando a atuação da Farmácia Maranhense de Medicamentos Especializados, assim como a implantação de laboratórios fitoterápicos em municípios polos.

3.27. REGULAÇÃO PROFISSIONAL DA REDE DE ASSISTÊNCIA EM SAÚDE DO SUS

Objetivando atender e avaliar a força de trabalho, assim como o dimensionamento e redimensionamento das unidades e instituições conveniadas e contratualização de modo a propiciar as necessidades da gestão do trabalho e recursos humanos da gestão da saúde.

3.28. PROFISSIONAIS DA SAÚDE - EDUCAÇÃO PERMANENTE

Investimentos na qualificação dos preceptores e profissionais da saúde visando ampliar estratégias de Desenvolvimento de Pesquisa, Estágios, Residências em Saúde (multiprofissional e medica), Programas de Pós-graduação Lato Sensu e Mestrado em parceria com os Programas de Saúde Coletiva e Instituições de Ensino Superior – IES.